

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**WENDEL AUGUSTO SANTOS GAMA**

**ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO  
ASSISTENTE SOCIAL**

**MATINHOS**

**2016**

**WENDEL AUGUSTO SANTOS GAMA**

**ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO  
ASSISTENTE SOCIAL**

Artigo apresentado a banca examinadora como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná- Setor litoral.

Orientador: Prof. Dr. Jayson Azevedo Marsella de Almeida Pedrosa Vaz Guimarães

**MATINHOS  
2016**

## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor JAYSON VAZ GUIMARÃES, realizaram em 07/10/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante WENDEL AUGUSTO SANTOS GAMA, sob o título "ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 07 de outubro de 2016.




Prof. Dr. Jayson Vaz Guimarães



Prof. Dra. Edina Vergara Fagundes



Esp. Rafael Terézio Muzi



Wendel Augusto Santos Gama  
Estudante

Conceitos de aprovação:  
APL – Aproveitamento Pleno  
AS – Aproveitamento Suficiente

Conceitos de reprovação:  
API – Aproveitamento Insuficiente  
AI – Aproveitamento Insuficiente

# **ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Wendel Augusto Santos Gama

## **RESUMO**

O trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Análise sobre a Construção da Identidade Profissional do Assistente Social", tem como objetivo analisar a construção da identidade profissional do Assistente Social. Neste sentido, a reflexão da identidade da profissão de Serviço Social ocorre no processo histórico da sociedade capitalista. As transformações que a profissão foi sofrendo, ocasionada pelas aproximações com a realidade social, faz com que ela vá se moldando, transformando sua visão de mundo, consequentemente sua prática profissional, para atender as demandas que exijam de si uma nova atuação, cada vez mais técnica e burocrática, que levam a confrontar-se com realidades cada vez mais complexas, resultado das transformações que o capitalismo, que altera a dinâmica das relações sociais. O Serviço Social participa do processo de reprodução das relações sociais, entendendo aqui como uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Assim, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando nas ações da vida cotidiana, isto é, convivência com família, amigos, escola, nas relações de poder e no trabalho, afetando assim a profissão (IAMAMOTO, 2000). Engloba e ultrapassa a infraestrutura social alcançando a superestrutura. Uma vez que o Serviço Social insere-se dentro das relações sociais de produção, e é determinado por essas relações sociais, e atua nas reproduções das relações sociais capitalistas, de exploração do trabalho, mais-valia e dominação de classe, que gera desigualdades, contrapondo o discurso de cidadãos livres, com igualdade jurídica e com a desigualdade econômica. (IAMAMOTO, 2000). Desse modo, conclui que o Serviço Social é uma profissão, componente da organização do conjunto sociedade e está inserida na realidade, pois se situa e se formou dentro dessas relações sociais criadas pelo avanço da sociedade capitalista.

Palavras chave: Identidade Profissão, Serviço Social, Capitalismo.

## **Abstract**

Work Completion of course entitled "Analysis of the Construction of Identity Professional Social Worker", aims to analyze the construction of the professional identity of the social worker. In this sense, the reflection of the identity of the social work profession takes place in the historical process of capitalist society. The changes that the profession was suffering occasioned by approaches to social reality, makes her go shaping, transforming their world view, hence their professional practice, to meet the demands that require them a new role, increasingly technical and bureaucratic, leading to contend with increasingly complex realities as a result of the transformations that capitalism altering the dynamics of social relations. The Social Service participates in the reproduction of social relations process, understood here as a concrete totality moving in permanently structuring process. Thus, the reproduction of social relationships reaches the whole of everyday life, expressing the actions of everyday life, that is, living with family, friends, school, power relations and at work, thus affecting the profession (Iamamoto, 2000). Encompasses and exceeds the social infrastructure reaching the superstructure. Since social work is inserted within the social relations of production, and is determined by these social relations, and acts in reproduction of capitalist social relations, labor exploitation, surplus value and class domination, which generates inequalities, opposing the discourse of free citizens with legal equality and economic inequality. (IAMAMOTO, 2000). Thus, we conclude that social work is a profession, organizational component of society together and is inserted in reality, it is located and formed within these social relations created by the advance of capitalist society.

Keywords: identity, profession, social work, capitalism, the bourgeoisie, the proletariat.



## INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão que desde sua gênese está em processo de formação sua identidade, passando por uma concepção de caridade, onde suas ações eram respaldadas nas práticas de piedade ligadas a religiosidade, onde a moral e ética era determinada pelo fazer o bem e evitar o mal, e suas atitudes e comportamentos naquele momento, eram resultado de uma concepção de caridade cristã.

Depois com o Golpe Militar de 1964, no Brasil, foi vivenciado por sistema tecnocrático com violência e radicalidade, correspondendo com essa concepção o Serviço Social redimensiona sua identidade para colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa, além de atender às reais necessidades de melhoria das condições de vida para a sua pátria e para a humanidade, sempre dentro dos princípios de fraternidade no plano nacional e internacional. Nesse período o discurso da profissão era muito próximo, do discurso nacionalista, amplamente propagandeado pelos órgãos de comunicação do governo ditatorial, o contraste é que a fraternidade nacional e universal só podia ser entre os não-comunistas, pois esses eram inimigos de deus, da família e da propriedade.

Uma das respostas da sociedade brasileira, ao governo ditatorial, foi a organização de movimentos sociais, ligados a teoria marxista, a teologia da libertação (movimento religioso que faz a interpretação da bíblia a partir da análise histórica e das forças políticas e econômicas de cada período em que os livros sagrados foram escritos, muito forte nos anos 70 e 80) e também das experiências de organização de classe trazida dos imigrantes europeus.<sup>1</sup>

O Serviço Social consubstanciado por esses movimentos sociais contra-hegemônico, aproxima-se da teoria marxista, atuando junto aos movimentos sociais e sindicatos, porém ainda cautelosa com o regime militar. Neste contexto, regulamenta o exercício profissional que pressupõe tratar-se de uma profissão organizada e interessada na defesa da sociedade, mas ainda sem analisar com profundidade a contradição e os conflitos de classe nessa

---

<sup>1</sup> Grifo meu, apontamentos e reflexões a partir das aulas Movimentos Sociais e Cidadania, com o Luiz Ernesto Brambatti, no curso de Especialização em Questão Social e Interdisciplinaridade.

sociedade. Dessa forma, começa a organizar a categoria profissional com formação sistemática e qualificação acadêmica para o ingresso de novos profissionais, e reconhecendo o Estado como disciplinador, das relações sócias capitalistas, que seu esforço é para manter a ordem social que protege o capital.

Passado o “*chumbo*” do regime militar, e o processo de abertura política que consolidou o fim desse governo. Chega o momento da categoria se posicionar na sociedade, fruto da maturidade atingida a partir da experiência junto a classe trabalhadora, nos movimentos sociais, sindicais, religiosos, o Serviço Social rompe com sua concepção de atuação, com marcas do governo ditatorial e tecnocrático que existia até então, declarando em 1986 que sua atuação deixa de ser ao indivíduo, mas à classe trabalhadora. Dentro de todo o movimento da reforma política no Brasil, para a elaboração da Constituição Federal de 1988, as constituintes que estavam dando voz e vez a diversas camadas sociais, que até então estavam invisibilizadas, na atuação política do governo militar, os profissionais do Serviço Social, também se reúnem para atender as demandas do novo estado de direito que se estava sendo construído. E em 1993 a profissão torna-se regulamentada pela Lei 8662, de 07 de junho, esclarecendo sua atuação profissional em 11 princípios éticos. Cada movimento de construção de sua atuação junto a sociedade, as transformações de visão de mundo, culminaram na elaboração de um novo Código de Ética.

Esta pesquisa pretendeu refletir e analisar a importância da do vínculo entre a identidade profissional e a consciência social, pensada desde a formação acadêmica, para atuação profissional, evidenciando principalmente a criticidade dos profissionais diante da sociedade de modo de produção capitalista.

Destaca-se também, a luta de classes e as categorias principais de análise da formação da identidade da profissão através de sua atuação na sociedade capitalista, contribuindo na formação da visão crítica dos acadêmicos e dos profissionais de Serviço Social.

Vai faltar nesse artigo um estudo profundo do movimento de reconceituação, da “intenção de ruptura”, dos rebatimentos neoliberais na sequência da década de 1990, na atuação profissional, pelos limites colocados



para a elaboração de um trabalho acadêmico para conclusão de curso. A inclusão dessas informações importantes, poderiam acarretar no não cumprimento de prazos.

# **1 MATERIALIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DO CAPITAL, ORGANIZAÇÃO DO PROLETARIADO E O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL.**

## **1.1 A REAÇÃO DO PROLETARIADO E A CONTRAREACÇÃO DA BURGUESIA, NA EUROPA.**

Com o fim do feudalismo e o avanço das forças produtivas. Na Europa, em especial Inglaterra e França, são engendradas novas formas de relacionamento entre os indivíduos sociais. O fim dos estamentos feudais e o surgimento de novas as classes sociais em conflito a burguesia e o proletariado.

“A moderna sociedade burguesa, que despontou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Unicamente substituiu as velhas classes, as velhas condições de opressão, as velhas formas de luta por outras novas. Nossa época, a época da burguesia, se distingue, contudo, por haver simplificado as condições de classe. Toda a sociedade vai se dividindo, cada vez mais, em dois grandes campo inimigos, em duas grandes classes, que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado” (Marx e Engels, 1981:31 apud MARTINELLI, 2008:37).

O capitalismo sendo um modo de produção profundamente antagônico e contraditório, situa-se na história da humanidade como um “divisor de águas” que altera o modo de vida da sociedade como um todo, as relações sociais antes vigentes começam a se mostrar ineficaz e um atrapalho para o avanço e desenvolvimento das forças produtivas, a lentidão dessa sociedade já não corresponde mais as expectativas de produção e reprodução da vida que estavam sendo gestadas. Esse modo de vida e reprodução é destruído pelo capital.

Embora possa verificar o surgimento do capitalismo ainda nos meandros da sociedade feudal, foi realmente no século XIX, com a Revolução Industrial que suas manifestações começaram a alterar todo o cenário atual até então conhecida e consagrada na forma de vida dos indivíduos.

Mediante a este cenário, começa então a ficar claro a ação da burguesia sobre o proletariado e as características desse novo modo de produção mediatizado pela posse privada dos meios de produção da vida e com a exploração da força de trabalho humana. Para o proletariado destituído da terra só sobrou sua força de trabalho para sobreviver e sobre isso o burguês para lucrar.

A medida que o capitalismo cresce, na Europa, e a burguesia solidifica como classe dominante, surge a sua contradição, dentro de si, o proletariado. Esse proletariado, que esteve junto a burguesia, unidos com um plano de derrubar o rei e findar a monarquia. Encheu-se de esperança com uma “revolução gloriosa”, ao passar do tempo perceberam que essa revolução foi gloriosa para uma parcela específica: a burguesia. O proletariado viu-se novamente explorado e com as situações de vida cada vez mais humilhante e agora expropriada. O avanço do capitalismo e da dominação da burguesia se dava ao passo da exploração do trabalho do proletariado.

O próprio movimento do capital desencadeia o movimento do proletariado, de forma tal que o grande surto do desenvolvimento trazido pela revolução industrial, sobretudo em seu período áureo, de 1850 a 1875, período das grandes indústrias siderúrgicas, da chamada era ferroviária, correspondeu uma mudança qualitativa de fundamental importância para a história da sociedade. Os operários individuais por força de seus movimentos e lutas e de forma contraditória e complexa, haviam se transformado em um proletariado fabril de caráter mais homogêneo, caminhando já coletivamente para a construção da identidade de classe. As inúmeras transformações trazidas pela Revolução Industrial haviam acentuado profundamente a polarização social: a sociedade de classes no último quartel do século XIX era uma realidade inegável, a moderna sociedade burguesa fez com que a ruptura e a cisão atingissem o seu ponto terminal. (MARTINELLI, 2008, p. 37).

Neste contexto, o proletariado, como materialização da contradição e trazendo dentro de si a negação dessa sociedade, também começa a mostrar que não vai aceitar de forma passiva sua exploração. As formas de resistência do proletariado começam a crescer, tomar visibilidade e preocupar os burgueses ainda no século XVIII, porém essas manifestações não atingem diretamente o opressor, mas aquilo que visualizava como símbolo de sua

exploração: a máquina. Assim, MARTINELLI (2008, p. 44) aponta que *“a vitória da máquina significava a derrota do trabalhador; para não ser derrotado, era preciso destruí-la, bem como a fábrica que a abrigava”*.

Essas revoltas começaram na Europa, fazendo com que as autoridades comesçassem a proibir o uso das máquinas, porém era inevitável, uma vez que o capital se expandia rápido e os lucros com esses instrumentos encantavam os capitalistas, gradualmente foi conseguindo autorizações para seu uso.

Em 1758 foram destruídas as primeiras máquinas de aparar lã. Em 1765, o uso de máquinas foi liberada na Saxônia onde houveram também manifestações locais. O Parlamento britânico com o objetivo de cessar essas manifestações decretou, em 1769, pena de morte àqueles que destruíssem máquinas e fábricas.

Os trabalhadores receosos com essa legislação começaram a fazer petições para o Parlamento para que proibissem o uso das máquinas, obvio que não foram ouvidos, e isso fez com que partissem para atitudes mais ostensivas como manifestações em massa, que começam a demonstrar o amadurecimento para organização de classe, ainda primária, mas será a base para os movimentos operários do século XX.

Esse movimento de destruição das máquinas e das fábricas ficou denominado como luddismo, ou movimento luddita, em alusão a um dos seus líderes *William Ludd* que expandiu-se de forma desorganizada pela Inglaterra, principalmente nos primeiros quinze anos do século XIX. (MARTINELLI, 2008)

O peso das leis, a execução de trabalhadores, como por exemplo, na cidade de York em 1813, onde foram executados dezoito trabalhadores líderes trabalhistas, começou um tempo de horror, os trabalhadores revoltados com tais situações voltaram as destruir as máquinas e fábricas, agora o movimento voltou com mais força, prova disso, foi que extrapolou as fronteiras londrinas, chegando à França.

Em 1813 em Lyon os tecelões destruíram as máquinas e as fábricas. Em 1844 na Silésia, Leitmeritz e Praga também houveram manifestações, porém

as autoridades oficiais do governo, foram severas nas punições, com prisões e mortes de vários trabalhadores, diante deste cenário novamente o movimento operário recolheu-se.

Porém, não estavam submissos as ordens do capital, esses episódios fizeram os trabalhadores perceberem que suas lutas eram justas, assim estavam mirando alvo errado, lentamente começaram a notar que seu real inimigo eram os donos daqueles instrumentos, com esse amadurecimento notaram que as lutas desorganizadas, espontâneas não eram o caminho de vencerem os inimigos.

Neste sentido, começaram a procurar alguma direção teórica, um conteúdo organizativo para suas manifestações e lutas. Porém a legislação atual proibia a associação de trabalhadores<sup>2</sup>.

Até então, haviam já tendências que orientavam a organização do proletariado: a cooperativista e a sindical. Porém, para derrubar a lei que proibia a associação de trabalhadores partidários de ambas tendências uniram-se em 1819 e realizaram uma grande manifestação de massa na cidade inglesa de Manchester.

Depois de uma série de movimentos, que ocasionou perseguição de lideranças trabalhadoras, por parte dos patrões, que condenavam os empregados ao desemprego nas fábricas da região que moravam, mortes, espancamentos, ateavam fogo em casas operárias, por vezes com pessoas dentro, depois de todo esse sofrimento, 1824 conseguiram a revogação de todas as leis anteriores que proibiam a associação de trabalhadores. O que antes era um direito apenas da aristocracia e da burguesia, agora também pertence aos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2000; MARTINELLI, 2008)

Martinelli usa Engels (1985,244) para relatar alguns acontecimentos que marcariam o movimento do proletariado.

---

<sup>2</sup> Essa lei promulgada pela Rainha Elizabeth e revigorada pelo Sacro Império Romano em 1531. (MARTINELLI, 2008)

Suas associações (dos trabalhadores), que antes viviam na clandestinidade, puderam vir a luz livremente. Além das já existentes, outras foram criadas, ampliando-se a base associativa do movimento dos trabalhadores. Alimentando-se das propostas teóricas do socialista Robert Owens (1771-1858), o líder trabalhista John Doherty fundou em 1829 o Sindicato Geral dos Tecelões, em 1830, em Londres surgiu a Associação Nacional de Proteção ao Trabalho. Em 1833, ainda sob a influência de Owens, foi formulado um plano de criação de um Sindicato Geral, que procurava fundir as tendências cooperativistas e sindicalistas em uma perspectiva socialista. Finalmente, através de múltiplas negociações em 1834 foi fundado o Sindicato Geral Nacional Consolidado – Trade Union –, marcando uma importante conquista do movimento sindical inglês. Seus grandes objetivos eram: “fixar o salário, negociar *en masse*, enquanto força, com os patrões, regulamentar os salários em função dos benefícios do patrão, aumentá-lo no momento propício e mantê-lo ao mesmo nível para cada ramo de trabalho” (MARTINELLI, 2008,46).

Porém, essa Associação não obteve sucesso, e esvaziou-se rapidamente, por falta de apoio e perseguição das autoridades, que viviam prendendo seus membros e também dos empresários que não empregavam quem estivesse ligado com a Associação e junto também esmoreceu a influência de Owens. (MARTINELLI, 2008)

Enquanto isso, o capitalismo crescia, fortalecendo a livre-concorrência e produzindo crises cíclicas que aumentavam a pobreza e aviltava as condições de vida do proletariado.

Em 1832 o Parlamento Inglês, então divulga a Carta de Reforma, onde mais uma vez beneficiou a classe dominante, nessa situação tensa, as questões políticas e sociais começaram a preocupar os trabalhadores fazendo repensar as bases de suas políticas associativas, ainda muito influenciada pelas ideias da revolução francesa onde os *direitos sociais* ocupavam posições de destaque. (MARTINELLI, 2008)

Então, em 1836 surge uma nova associação, maior e de natureza democrática, denominando-se Associação Geral dos Trabalhadores de Londres.

Com as crises do capitalismo, as paralisações e greves começaram a se tornar frequentes, porém, nem sempre os trabalhadores conseguiam seus objetivos que estava sempre em volta de melhores condições de trabalho,

jornada de trabalho. Porém o maior ganho para o movimento operário nesse período foi o avanço no processo organizativo dos trabalhadores. (MARTINELLI, 2008)

Diante desse cenário, começaram a suceder várias manifestações proletárias, principalmente na Europa (MARTINELLI, 2008), as que se destacam são:

- 8 de maio de 1838 – Carta do Povo – a Associação Geral dos Trabalhadores, através de William Lovet, redigiu um documento onde se declarava a oposição a burguesia. Conhecido como movimento “cartismo”, ditou novo ritmo para as organizações dos trabalhadores, organizando a oposição a burguesia, as cidades passaram a ser um campo de luta entre burguesia e proletariado.
- Agosto de 1842 – Greve Geral na Inglaterra, onde reuniram vários distritos industriais. O movimento cartista consegue mais três milhões de assinaturas. Ao longo de cinco anos depois dessa greve, o Parlamento temeroso começou a adotar políticas mais brandas fazendo diversas concessões de natureza socio-política, tais como: a lei de mineração; a abolição dos impostos de importação do trigo e em 1847 a lei de dez horas de trabalho.
- 1847 – Itália: iniciaram-se manifestações com grande número de trabalhadores, que eram verdadeiras rebeliões. Nesse momento o movimento operário entra na sua nova fase, onde se reconhece a luta de classe e as manifestações já não são apenas formas de resistência, mas estratégias de destruição da sociedade de classes.
- 24 de fevereiro de 1848 – França: o proletariado luta lado a lado com a burguesia republicana para derrubar o reinado burguês de Louis Philippe e a proclamação da República.
- 15 de maio de 1848 – Invasão da Assembleia Constituinte: revoltados com a grande enganação que foi a “vitoriosa revolução” de fevereiro, na qual os trabalhadores tinham-se enchido de esperanças, pois com o fim

do reinado de Louis, as condições de vida seriam melhores, os trabalhadores invadiram a Assembleia Constituinte, declarando-a dissolvida e apresentando um Governo Revolucionário, que a partir dali assumiria o governo da nação. Foi chamada a Guarda Nacional que rechaçou todos do local, entre eles o líder Louis Blanqui, que tinha grande prestígio entre os trabalhadores até então.

- 23 de junho de 1848 – a classe trabalhadora saiu às ruas em um grande movimento de massa, esse movimento insurrecional durou até 26 de junho de 1848, os trabalhadores foram massacrados pelos guardas da República que ajudaram a fundar.
- 18 de março de 1871 – Comuna de Paris: praticamente fecha um ciclo do movimento trabalhista europeu. O proletariado, agora, contando com o apoio e liderança da Guarda Nacional toma a cidade de Paris, mantendo o primeiro governo proletário da história por cerca de 2 meses. Vitimas de um mau planejamento e sem um programa definido foram derrotados pela contrarreação da burguesia, porém estava demonstrada a força dessa classe. (MARTINELLI,2008; IAMAMOTO, 2000)

Esses movimentos, apesar de fracassados como tentativa de tomada de poder pelo proletariado, serviram para mostrar a potencialidade do proletariado, também amadureceu o movimento operário em organização e elevou o nível de consciência de classe. Ao mesmo tempo a burguesia, em instinto de sobrevivência como classe dominante, também se organizou. (MARTINELLI, 2008)

A contradição imanente no capitalismo, entre a acumulação de riqueza através da proliferação da pobreza, o aviltamento da vida do proletariado, sempre foram tomadas medidas de contenção da revolta que essa condição causava no proletariado.



Havia, ainda, na Inglaterra, vários resquícios da antigo regime feudal, entre esses a famigerada “*Poor Law*” (*Lei dos Pobres*) uma das primeiras medidas tomadas para “cuidado” dos pobres, que no início do século XIX, é tomada pelo parlamento, para ser reformulada. A Lei dos pobres foi promulgada em 1597, que determinava o enclausuramento de pessoas que necessitassem do sistema de assistência em lugares específicos denominados *Casas de Correção*, que tratava a pobreza com um problema de caráter, nessas “casas” eram obrigados a aceitar todos os tipos de trabalho, não importando o salário, ficavam a disposição também de serviços públicos, quando faltava força de trabalho para isso. Esses trabalhos forçados eram justificados pela destituição da cidadania econômica, perdendo então o domínio sobre suas vidas. (MARTINELLI, 2008)

Como as relações sociais de produção estão sempre em conflito com o avanço das forças produtivas essa lei impedia a expansão do capital uma vez que confinava força de trabalho a um território, impossibilitando a migração para outros espaços, por exemplo, do campo para as fábricas, como tentativa superar essa legislação, a burguesia sob o discurso de igualdade de todos, liberdade de trabalho, pressionando o estado, derruba a Lei dos pobres e junto com outras heranças do regime feudal.

Em nome da expansão do capital o Estado, atendendo a pressão da burguesia, baixou o custo de alimentação e das mercadorias em geral, no início do século XIX para com isso “baratear” também o custo da força de trabalho, mantendo o proletariado com força o suficiente para sobreviver e o exército industrial de reserva pronto pra ser usado, pois garantindo o acesso a alimentos básico mantêm sob controle a energia para o trabalho, cria condições de subsistência para o exército industrial de reserva e mantêm os salários sempre baixos, aumentando assim os lucros.

Alienar a força de trabalho do trabalhador, separando-o do meio de produção, controlar os movimentos e a vida do trabalhador dentro de fora das fábricas era a maneira como a burguesia encontrava para consolidar seu poder

de classe e alienar assim toda a sociedade que estava sendo moldada, conforme as demandas que o capitalismo precisava para avançar.

Essas novas práticas de controle social necessitavam de estratégias operacionais que legitimassem a ordem social burguesa, a tal ponto de torná-la inquestionável e aceita principalmente pelo proletariado, que era quem mais interessava a burguesia, uma vez que a sustentava e podia mata-la também. Portanto, a burguesia vê a necessidade de racionalizar sua prática social, essa *racionalização* deveria corresponder ao seu projeto de classe hegemônica.

Racionalizar a assistência nessa fase final do século XIX, quando a Europa era uma vasta república burguesa, após as derrotas dos trabalhadores significava transformá-la em um instrumento auxiliar do processo de consolidação do modo de produção capitalista, em uma ilusão necessária à eterna reprodução das relações capitalistas de produção. (MARTINELLI, 2008, pp. 62,63).

Neste contexto, MARTINELLI (2008), afirma que para consolidar seu projeto de dominação de classe, a burguesia se aproximou de alguns agentes que já faziam trabalhos filantrópicos junto a classe trabalhadora, tendo sempre em vista a racionalização e normatização da assistência, a burguesia queria apropriar-se dessa prática social e aplicá-la conforme seus objetivos, utilizando assim essas práticas sociais também como força repressora gerada no interior das forças produtivas. Para ação da burguesia haviam duas grandes tendências nesse período, produzidas sob as influências dos economistas clássicos, especialmente Adam Smith e Ricardo, que eram as referências básicas para orientar os posicionamentos da burguesia no que tange a maneiras de enfrentar a questão social, eram as *Escolas Humanitária e a Filantrópica*.

A Escola Humanitária acredita que as relações de produção são ruins, porém seu esforço é voltado para amenizar os conflitos existentes nessa relação. Repudia a concorrência entre burgueses e lamenta a penúria do proletariado. Então pede para que os trabalhadores sejam sóbrios, trabalhem bem, tenham poucos filhos e aos burgueses que moderem sua gana por lucro e sejam mais brandos com os proletários. Apela para a bondade.

Porém, a Escola Filantrópica, aperfeiçoa a Escola Humanitária, negando a necessidade de antagonismos, tem o objetivo de converter todos os homens em burgueses e aplicar a teoria que não há antagonismos de classe, idealizando a realidade social.

Percebendo então que tais escolas não conflitavam com seus interesses, a burguesia então começou a se apropriar de tais meios aliando a dois mecanismos fundamentais para atingir seu objetivo de dominação de classe, racionalizando e normatizando as práticas de assistência, criou então laços com a Igreja e com o Estado, que se tornam assim mecanismos fundamentais para a manutenção e reprodução das relações sociais de produção de sua a classe, a burguesia.

## **1.2 A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E O PROJETO BURGUÊS DE CONSOLIDAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.**

Na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIX, membros da alta burguesia ligadas as Igrejas Protestantes, uniram-se para estudar a reforma do sistema de assistência inglês, uma vez que perceberam que a pobreza estava alarmante e havia explodido por toda a Inglaterra, aviltando ainda mais entre as décadas de 1850 e 1860, o enorme avanço do capitalismo, a revolução industrial provocaram mudanças significativas, mostrando a fragilidade desse sistema que já não dava conta de atender tal demanda.

Esses filantropos autodenominaram-se “Reformistas Sociais”, incentivados pelas autoridades locais, esses reformistas, impulsionados também pela máxima cristã de fazer o bem, pretendiam desenvolver formas de atendimento para a massa de trabalhadores e que repercutissem na totalidade da sociedade, sendo assim, criavam estratégias com base em suas experiências pré-capitalistas, que não correspondiam a real demanda da classe trabalhadora, suas ações eram reducionistas e individualistas revelando a cada momento sua incapacidade de atuar nas expressões da questão social,

ocasionadas pelas novas relações sociais capitalistas, onde o capital (apropriação da mais-valia pela exploração de trabalho humano) entra em conflito com o trabalho (onde é produzida a riqueza social, pelo uso da força de trabalho do proletariado, e que não se apropria dessa riqueza, a não ser a parte destinada pelo patrão para manter o trabalhador ativo.). Com isso, o Estado assume para si a gestão da questão social, para proteger (pela força da lei e da repressão) a classe dominante, das investidas do proletariado.

A burguesia, com todo o seu apoio e incentivo a esses reformistas, queria realmente que com suas ações freassem o perigo que se alastrava com o aumento da pobreza, que eram as investidas contrárias da classe proletária. A burguesia alimentava a esperança que esses *reformistas* se tornassem significativos mecanismo de disseminação do “modo capitalista de pensar”.

Assim, como uma vez cooptou o Estado para que protegesse o capital, agora eram necessários importantes agentes ideológicos para socializar e internalizar a forma de pensamento desse modo de produção social.

“ o modo capitalista de produção, na sua acepção clássica, é também um modo capitalista de pensar e deste não se separa. Enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção de diferentes modalidades de ideias necessárias à produção de mercadorias e de desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, de coisificação das relações sociais, mas ao modo de pensar necessário a reprodução do capitalismo, à reelaboração de suas bases de sustentação ideológicas e sociais.”(MARTINS, 1980: XI-XII, apud MARTINELLI, 2008. p. 65.)

Sendo assim, a burguesia já tinha as bases de sustentação para legitimar sua dominação e garantir a *irreversibilidade do capitalismo*, utilizando as práticas sociais dos filantropos, entre outros. Pois, utilizava-se das facilidades que esses mecanismos tinham de atingir as famílias operárias, fazendo com que essas se submetessem as exigências da sociedade burguesa, desmobilizando assim suas mobilizações e reivindicações coletivas.

As práticas desses filantropos agora eram as práticas da burguesia, tinha o rosto da burguesia, criando a falsa ideia de harmonia entre as classes e

que havia um real interesse pela vida do proletariado como condições de vida e trabalho, salários, habitação, alimentação, saúde, educação. As relações sociais de exploração estavam maquiadas pela ação e discurso humanitário.

### **1.3 ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL.**

Das décadas iniciais até meados do século XIX, na Europa, o capitalismo vai se consolidando como forma de produção social, com mecanismo que o legitimam. E, com as derrotas dos movimentos operários era o momento da burguesia de firmar como classe dominante, porém, para cumprir a lei da acumulação do capital, que para garantir maior lucro por parte dos capitalistas é necessário maior exploração da força trabalho humana, sendo assim a fome alastrou-se entre a classe trabalhadora, aviltando cada vez mais as relações entre patrão e operário.

Na Inglaterra, com a migração dos camponeses para a cidade, principalmente em meados do século XIX e início do século XX, esse movimento em busca de trabalho, esses trabalhadores começaram a se concentrar em volta das fábricas, as cidades sem estrutura para receber toda essa população, surgem os “cortiços” (lugares onde moravam os trabalhadores com suas famílias). Esses lugares extremamente insalubres, sem saneamento básico, sem atendimento médico, que ocasionava um ambiente propício para proliferação de doenças, tais como tuberculose, diversas doenças de pele. A aglomeração de pessoas nesses espaços, também ocasionava outros problemas sociais, tais como a violência por decorrência do uso abusivo de álcool, furtos, etc. Esse fenômeno não foi muito diferente nas outros países europeus onde o capitalismo se expandia, tais como França e Itália. (IAMAMOTO, 2000; MARTINELLI, 2008)

Entre os anos de 1850 e 1860 ocorreu a fusão dos Sindicatos Nacionais, que veio trazer novo impulso para o movimento dos trabalhadores europeus, onde a presença política e social já ultrapassavam os limites das fábricas e dos sindicatos, causando grande preocupação para a burguesia.

Nesse, mesmo período como estratégia de contenção e com receio de manifestações por parte do proletariado, a burguesia junto com o Estado e com

a Igreja uniram-se para tentar coibir as movimentações operárias, impedir práticas de classe e abafar suas expressões políticas e sociais.

Na Inglaterra o resultado da união desse bloco reacionário foi o surgimento da *Sociedade de Organização da Caridade*, em Londres, em 1869, onde congregava os *reformistas sociais*, agora esses eram os responsáveis pelas práticas de assistência junto a classe trabalhadora, racionalizando e normatizando essas práticas assistências aos modos das determinações burguesas.

“Surgem, assim, no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de serviço social”, acentuando seu caráter de prática de prestação de serviços. (MARTINELLI, 2008, p. 66).

A gênese do Serviço Social como profissão esta intimamente ligada ao projeto de hegemonia burguês, que por sua vez encontra legitimidade nas bases materiais da sociedade, sendo gestado e consolidado dentro do capitalismo e as variáveis subjacentes nele – alienação, contradição, antagonismo.

Ao Serviço Social, é atribuída uma identidade com práticas sociais pré-capitalistas de ações controlistas e repressoras e um mecanismo da burguesia para garantir a expansão do capital e consolidar definitivamente o sistema capitalista. Assim, distancia as ações do Serviço Social da trama das relações sociais e da luta de classe.

#### **1.4 O AVANÇO DO SERVIÇO SOCIAL E SEU SURGIMENTO NO BRASIL.**

MARTINELLI (2008), aponta que a Sociedade de Organização da Caridade, assumia para si a tarefa de racionalizar e organizar em bases científica a prática da assistência. Porém, ela tornara-se um mecanismo da burguesia para ampliar e consolidar seu projeto de classe dominante. A assistência então acionada pelo Estado burguês para a expansão do capital.

MARTINELLI (2008) reflete que com o avanço das ideias da Sociedade de Organização da Caridade, inglesa e seus agentes sociais com forte presença nos lares proletários, em 1897, o secretário da Sociedade de

Organização da Caridade (nessa altura também com uma sede nos Estados Unidos), mostra a importância então de se lutar pela qualificação dos visitantes domiciliares. No final do século XIX já era de extrema importância capacitar esses agentes uma vez que a “questão social”, havia se agravado pela decadência do sistema capitalista e da burguesia esclerosada.

Adepta da corrente que pensava a criação de escolas de Serviço Social, para qualificar os agentes para atuação profissional, Mary Richmond, da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, influenciou e difundiu largamente essa ideia. Durante a Conferência Nacional de Caridade e Correção, em Toronto, também propôs que se criasse uma escola para o ensino de *Filantropia Aplicada*. Em 1898, começou a realizar o curso de “*aprendizagem da aplicação científica da filantropia*” que se desdobrou no ano seguinte na primeira Escola de Filantropia Aplicada.

O impulso dado pela criação desta escola foi fundamental para o ensino do Serviço Social e para o seu processo de profissionalização e institucionalização. A Sociedade de Organização da Caridade estava responsável pela realização dos cursos regulares para a formação de agentes sociais voluntários. Richmond, organizou e ministrou os primeiros cursos de *Filantropia Aplicada*.

Neste sentido, MARTINELLI (2008) destaca-se que esse processo de institucionalização expandia-se rapidamente, penetrando instituições públicas e privadas. A demanda por cursos crescia. Atenta a esse movimento a Sociedade de Organização da Caridade, procurando organizar esse novo “profissional”, realizou em 1916, na cidade Nova Iorque a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Sociais, onde houve um expressivo número de participantes. Onde Richmond, propôs que essa nova profissão deveria denominar-se *Trabalho Social* e seus integrantes *Trabalhadores Sociais*, em oposição ao termo Assistente Social usado na Inglaterra. Pois considerava que o termo *work* (trabalho), condizia mais com a atividade profissional dos agentes sociais, tentando superar a aproximação com procedimentos voluntários, caritativos, a partir de motivações religiosas.

Na Europa, os membros ainda muito ligados a noção de caridade, usavam o termo *social service* (Assistente Social), que se evidencia o caráter servil, caritativo, prestador de serviços. Na Conferência foi aprovado o termo

Trabalho Social e Trabalhador Social, que ficou muito usado nos Estados Unidos, já na Europa insistiram com o termo Assistência Social e Assistente Social.

Para a Sociedade de Organização da Caridade europeia era muito presente a ideia da ajuda, doação, mais que a profissionalização, isso veio a se firmar com seu forte vínculo com a Igreja Católica, principalmente na França, Bélgica, Itália, Portugal e Espanha, onde se fortalecia também a identificação do Serviço Social com a Doutrina Social da Igreja.

Com a ascensão do capitalismo e suas sucessivas crises que agravavam cada vez mais a questão social, a Igreja Católica, passou a se ocupar da relação *capital x trabalho*, criando assim uma doutrina social que se mostrava contra o regime capitalista, que considerava contrária a ética cristã, porém reconhecia inalienável o direito à propriedade privada dos meios de produção e ainda defendia a iniciativa privada como forma básica de organização social e econômica. Suas oposições e ideias eram transmitidas através das encíclicas papais, que ganhavam sempre mais a divulgação popular. Assim, os Assistentes Sociais europeus, cada vez mais perplexos com a realidade social que atuavam e com uma formação teórica fragilizada e precária, buscavam auxílios na Doutrina Social da Igreja.

A Sociedade de Organização da Caridade europeia estava em caminho contrário, com relação a Sociedade de Organização da Caridade americana, que caminhava para uma prática profissional autônoma e liberta das influências da Igreja.

Para Martinelli (2008, p.113), o que ocorre nessa relação é uma troca de favores:

(...) à Igreja Católica interessava servir-se dos conhecimentos científicos e procedimentos técnicos do Serviço Social para expandir sua doutrina, difundir os princípios do catolicismo de modo a conquistar novos adeptos e manter sua posição hegemônica em um mundo que igualmente se expandia; o Serviço Social interessava servir-se da sólida estrutura da Igreja, muito bem instalada na maior parte dos países europeus, para difundir e ampliar suas ações profissionais. (...)

Porém, isso não veio agregar de forma positiva, a postura conservadora e reacionária da Igreja, refletiu na atuação do Serviço Social europeu, que



orientou sua prática na repressão, controle e ajustamento do trabalhador aos padrões da sociedade burguesa constituída.

E não poderia ser diferente, se em 1891, com a encíclica papal *Rerum Novarum* (*Novo Reino*) de Leão XIII, dizia aos trabalhadores para observar a prudência e a ética cristã e em 1931, o papa Pio XI, com a encíclica *Quadragesimo Anno*, que tematizava a organização profissional e a estrutura da empresa, traçava a ideia de “restauração e aperfeiçoamento da ordem social” para buscar “o equilíbrio nas relações entre patrões e empregados” para que possa “implantar um clima de justiça social”. Essas definições e exortações papais excluem o conflito de classes e a crueldade da exploração burguesa sob o proletariado.

Iamamoto (2000) lembra que as encíclicas papais se revelam pró-capitalista e anti-socialismo, e quando fazem a crítica ao capitalismo, essa é destituída das determinações materiais, limitando a citar os “excessos” insinuando que esses “excessos” são um problema do Homem, corrigem-se na campo da moral, da ética cristã. Essas diretrizes não tem de forma nenhuma o sentido de transformação social, pelo contrário, a experiência de salvação pessoal é a internalização do catolicismo e de sua doutrina social. Essa internalização a partir da valorização dos critérios seletivos, éticos e morais e externalizando para o social. Uma experiência particular e subjetiva que pede a adequação do indivíduo.

MARTINELLI (2008) afirma que o Serviço Social europeu, não caminhou para organização de práticas políticas ou reivindicação profissional, simplesmente concentrava seus esforços em manter a hegemonia do pensamento católico e dos profissionais adeptos as suas orientações.

O avanço das ideias católicas corresponde ao recolhimento da Sociedade de Organização da Caridade, que tinha por base as ideias protestantes, principalmente luterana e anglicana.

Esse avanço se expressa em 1911, quando na França, em sua capital Paris, foi fundada a primeira Escola Católica de Serviço Social. Essa então teve papel importante como polo de irradiação do pensamento católico para a prática profissional. Foi onde também começaram os pequenos grupos associativos de assistentes sociais, que se dedicavam a refletir a “questão

social” a luz da doutrina social da Igreja, essa iniciativa foi tão bem acolhida que logo se espalhou pela própria França e nos demais países europeus.

As atribuições da Escola e dos grupos foram incorporadas pelos Núcleos de Assistentes Sociais Católicos, que ganhava força e espaço na Europa. Em 1925, na Itália, durante a I Conferência Internacional de Serviço Social, surge a União Católica Internacional do Serviço Social (UCISS), como resultado da experiência dos pequenos grupos franceses. Esse organismo já de maior porte e mais bem organizado exerceu influência não só na Europa, mas também na América Latina.

No Brasil, o surgimento do Serviço Social se dá nos primeiros anos da década de 30, seu aparecimento diz respeito a generalização do trabalho livre, ainda bastante marcada pelo fim da escravidão, como iniciativa particular de grupos da burguesia, ancorados na Igreja Católica, que tem por referência o Serviço Social europeu.

A economia no Brasil está em um momento de transformação drástica, ainda superando seu caráter colonial de importação de matérias-primas, e começando o seu processo de industrialização, que ainda está constituindo e ampliando o mercado interno, aonde vem agregar ao desenvolvimento desse mercado o fator *consumo*, algo que era impensável em uma economia que pensava em produção para o mercado externo, como era a forma tradicional de economia no Brasil, abolição da escravidão contribui significativamente, pois transformou quase um milhão de homens, mulheres e crianças em consumidores efetivos ou potencialmente inseridos no mercado, o que agrega ainda com a imigração maciça de força de trabalho europeia.

JÚNIOR (2004) afirma que, nesse período o Brasil começa a se adaptar as exigências do capital internacional. E, como a contradição no sistema capitalista é imanente, a partir do início do século XX, o proletariado industrial aglutina-se nos grandes centros, as empresas industriais dispersas, o capital voraz por trabalho excedente, a população operária ainda é minoria (composta majoritariamente por imigrantes), marginalizadas nas cidades já desenvolvidas, relatos da época mostram que as condições do proletariado eram angustiantes.

Amontoadas em bairros surgidos sem planejamento, com falta de água, saneamento, luz, sem condições mínimas de higiene e segurança. Nas

empresas as situações não eram diferentes, onde os acidentes eram frequentes.

Os salários eram baixíssimos, mesmo toda a família trabalhando exaustivamente a renda era insuficiente para a sobrevivência. O preço da força de trabalho tendia sempre a cair, devido ao exército industrial de reserva que se constituía relativamente. Isso forçava também o trabalho prematuro de crianças de ambas os sexos e de mulheres, que estavam sujeitas aos mesmos ritmos, com salário bastante inferior, que ajudava a baixar ainda mais o preço da força de trabalho.

Os trabalhadores não tinham direito a férias ou folga semanal remunerada, licença para tratamento de saúde. Nas fábricas o operário estava completamente submisso aos patrões e mestres de disciplina. Sem garantia de vínculo empregatício ou contrato coletivo.

As frequentes crises da indústria ainda emergente são marcadas por demissões maciças, forçando os salários a caírem mais, atirando o proletariado ao pauperismo. Neste contexto, conforme afirma IAMAMOTO (2000) que a educação e cultura estavam a cargo das iniciativas particulares, ou caridade e da filantropia.

Essas condições fazem o proletariado se organizar, para se defender. Essa organização aparece desvinculada dos grêmios corporativos, surgiu nesse período a *Associação de Socorro Mútuo* e as *Caixas Benéficas*, com suas atividades principalmente voltadas para fins assistenciais e cooperativos.

Destacaram-se também as *Ligas Operárias* que procuram agrupar operários de diversos ofícios, com objetivo de lutar pela defesa de seus interesses comuns. Essas organizações ainda muito precárias em suas ações e no alcance aos trabalhadores darão origem as *Sociedades de Resistências* e *Sindicatos*. Constituirão a resistência operária, reunindo a vanguarda do movimento operário.

No desenvolver das manifestações e da luta contra a exploração dos patrões e as condições desumanas de trabalho, começam a surgir formas mais avançadas de organização, como Congressos Operários, Confederações Operárias, que abrangem diversos ofícios e cidades e uma combativa imprensa operária. No âmbito cultural e social haviam diversas iniciativas constituindo crítica à burguesia e afirmação de uma nova sociedade. Porém, IAMAMOTO

(2000) aponta que quando essas organizações saiam do meio operário, eram por vezes toleradas, porém, ao crescer o número de integrantes e elevar o movimento reivindicatório, eram reprimidas, com fechamento de suas sedes, perseguições, prisão e deportação.

A luta desses operários estará centrada na defesa do poder aquisitivo dos salários, a jornada do trabalho, proibição do trabalho infantil, regulamentação do trabalho de menores e mulheres, direito a férias, seguro contra acidentes e doenças, contrato coletivo de trabalhos, reconhecimento das entidades da classe.

Assim, MARTINELLI (2008, p.122) destaca que *“A luta de classes se impunha como uma realidade irreversível, determinando um quadro social marcado pela permanente tensão”*.

O movimento político militar de 1930 põe fim a República Velha, e a República Nova, despontou assumindo para si a missão de resgatar o clima de “harmonia social”. Para isso, fez alianças com a Igreja e com os segmentos mais abastados da burguesia. Os movimentos leigos, que já atuavam no Brasil, são acionados pela Igreja para atuar junto aos operários. Em São Paulo, como aliança entre a burguesia e a Igreja Católica, foi criado o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), que se encarregou de qualificar agentes para a realização da prática social.

“Nesse centro como fruto da iniciativa das cónegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrada pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista.” (MARTINELLI, 2000, p. 127)

Porém, em 1932, há momentos de tensão séria, a disputa entre tenentistas e setores políticos tradicionais, o medo da infiltração comunista, o distanciamento do Governo Central, que marginalizava a burguesia paulista. Em meio a esse evento registra-se o primeiro passo do serviço social em terras brasileiras, o curso chegava em momento crucial, razão que as famílias incentivavam suas jovens solteiras, ou suas esposas a participarem, para

assim a mulher paulistana abrir o espaço para sua participação política no estado de São Paulo.

Assim, MARTINELLI (2008) afirma que o Serviço Social inicia-se já sendo acionado pela burguesia para atuar como mecanismo estratégico de preservação de seu poder hegemônico, também na contenção e controle das lutas sociais, uma maneira de difusão do modo capitalista de pensar a sua internalização na classe trabalhadora.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, as práticas da assistência social se davam junto a classe trabalhadora com distribuição de benefícios, como auxílios médicos e auxílios materiais, essas intenções encobriam uma relação que se expressavam em momentos cruciais, pois a medida que eram distribuídos esses benefícios, também tornara-se rigorosa e controlistas a relação com os movimentos operários que se organizavam e fortaleciam. Assim a burguesia controlava a tensão social, que se expressava em setores diversificados através de manifestações coletivas, paralisações e greves.

A classe dominante através do seu Estado abre espaço para a institucionalização do Serviço Social, no fim da década de 1940 até 1960 o Estado burguês havia se tornado a maior empregador, aumentando assim o seu mecanismo de controle sobre a organização da categoria profissional.

E, com isso também mudariam as referências da ação do Serviço Social, que até então era influenciado pela Europa em especial da França e da Bélgica, a partir da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, a aliança Vargas-Roosevelt, resultou em profundas mudanças para toda a sociedade e para o Serviço Social foi o que determinou sua mudança de eixo, tanto na atuação profissional, como no ensino e na abordagem.

Essa aproximação do Brasil com o Serviço Social dos Estados Unidos foi estreitada por um programa de intercâmbio cultural entre profissionais e com a participação do Brasil em programas continentais de bem-estar.

“Ambas as ofertas inseriram-se em um plano político mais amplo, configurando estratégias dos Estados Unidos para ganharem hegemonia no continente. Sua política pan-americana, baseada na Doutrina de Monroe, de 1823, cujo lema era “a América para os americanos” recrudescer fortemente após a II Guerra Mundial, fornecendo as bases para uma política expansionista e imperialista em relação à América Latina. Valendo-se de acordos internacionais, que lhe conferiam o suporte estratégico e o caráter jurídico de aparente legalidade, em 1948 os Estados Unidos criaram a Organização dos Estados Americanos, consubstanciada na

assinatura da Carta de Bogotá, também conhecida como Carta da OEA. No interior deste organismo foi inserida a União Pan-Americana, cuja criação remontava ao ano de 1910, e em sua divisão de Assuntos Sociais foi introduzida uma Seção de Serviço Social. Instalada em Washington e investida do *status* de Secretaria Geral, a União Pan-Americana logo se organizou, transformando-se em um verdadeiro braço estendido do imperialismo americano em direção à América Latina.” (MARTINELLI, 2008, p.132)

O surgimento e a prática do Serviço Social, no Brasil, são moldadas em meios a sérias tensões no cenário nacional e por ser um mecanismo usado pela classe dominante e seus diversos segmentos, não percebeu sua atuação alienante e alienadora. Transitando pelo mundo de fenômenos externos, representações comuns, pela ilusão da conciliação e harmonia social, enfim pelo mundo reificado inerente ao capitalismo para manter uma posição e fazer avançar e consolidar o projeto de hegemonia burguês, fez com o Serviço Social distanciasse cada vez mais das determinantes reais de sua atuação, não conseguindo compreender seu processo utilitário, onde eram transformados em importantes mecanismos ideológicos de repressão e controle social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, trago a natureza do Serviço Social dentro da realidade capitalista que o gestou e o sustenta enquanto forma de atuação social da burguesia para o proletariado. Entender essa realidade é entender que o Serviço Social não vai superar a realidade capitalista como atuação profissional. E entender essa realidade, posiciona a categoria em favor de um movimento revolucionário, de superação da sociedade de classes, de exploração do trabalho humano, para uma nova ordem societária onde esses fenômenos próprios do capitalismo não existirão mais. E, esse movimento revolucionário é do proletariado, lugar onde o profissional de Serviço Social deve se situar, como integrante do proletariado.

Uma vez que o Serviço Social declarou-se como defensor dos direitos dos trabalhadores, deve então estar disposto a estar na vanguarda do proletariado, no processo de organização, mobilização e luta.

Para a classe trabalhadora, o Serviço Social, ou significa a imposição das vontades da burguesia, ou como ponte para conseguir certos benefícios, portanto a categoria se encontra distante do real interesse do proletariado. A prática profissional aprisionada dentro dos limites da legalidade burguesa e atrelada a tecnoburocracia, deixa de pulsar com o movimento histórico e esvazia-se politicamente, respondendo somente a burguesia e não ao proletariado. Dessa forma o Serviço Social transforma-se em uma profissão fragmentada, fragilizada e desunida.

Assim, evidencia a necessidade de retirar da categoria profissional o seu processo alienante junto a burguesia, trazendo a tona o que está maquiado pelo fetiche do capital, mas também entender que não se pode negar sua história, e sim, entender que a contradição imanente no sistema capitalista também está no Serviço Social, e que esse reconhecendo-se como integrante da classe proletária, tem de lutar para superação da classe capitalista, portanto superar a si mesma, destruindo dialeticamente a prática que foi assumindo enquanto determinação capitalista, buscando assim então novas formas de prática, mas isso só será possível pela reaproximação da categoria profissional junto a classe trabalhadora, atuando de forma crítica, com metodologia emancipadora, que conduza a organização e a resistência ao avanço do

capitalismo. E isso não se dará sozinho, ou de forma pontual, mas superando a fragmentação da divisão sociotécnica do trabalho, que é uma forma de organização burguesa que enfraquece a consciência de classe dos trabalhadores, superar o caráter de categorias profissionais e se entender como classe trabalhadora.

Sendo assim, é notável a necessidade de um movimento de autocritica do Serviço Social, evidenciando que sua posição estratégica dentro da relação Capital x Trabalho, é conhecer profundamente a sociedade capitalista evidenciar suas contradições e contribuir no movimento de resistência da classe trabalhadora, uma vez que sabemos que a revolução se dará por meio desta classe, entender que o Serviço Social, tendo sido gestado dentro das contradições da sociedade capitalista, deve também trabalhar para seu próprio fim. E a ausência desses agentes na base dos movimentos da classe trabalhadora, além de uma completa ausência de metodologia para atuação nesses espaços contribui para legitimar o governo da classe dominante e desgastar as forças dos movimentos sociais que lutam por avanços na qualidade de vida e de trabalho do proletariado e pelo fim da exploração de classe.



## REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. (2011). ***Política Social: fundamentos e histórias*** (9ª ed.), (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, vol. 2). São Paulo: Cortez.
- FALEIROS, Vicente de Paula. ***Estratégias em Serviço Social*** - 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, 29-IX-1947. <[www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1947.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf)>. Acesso: 20 de maio 2016.
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 8 de maio de 1965. < [www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1965.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf)>. Acesso: 20 de maio de 2016.
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 30 de janeiro de 1975. < [www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1975.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf)>. Acesso: 20 de maio 2016.
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 09 de maio de 1986. < [www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf)>. Acesso: 20 de maio de 2016.
- CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**, 13 de março de 1993. < [www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf)>. Acesso: 20 de maio de 1993.
- IAMAMOTO, M. V. (2000). ***Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*** (13 ed.). São Paulo: Cortez.
- JÚNIOR, C. P. (2004). ***História Econômica do Brasil*** (46ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- MARTINELLI, M. L. (2008). ***Serviço Social: Identidade e Alienação*** (12 ed.). São Paulo: Cortez.
- MARX, K. (2012). ***Manifesto do Partido Comunista*** (1ª ed.). São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras.
- NETTO, J. P. (2011). ***Capitalismo Monopolista e Serviço Social*** (8 ed.). São Paulo: Cortez.

SANTOS, J. S. (2012). **"Questão Social": particularidades no Brasil** (1ª ed.). (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social; vol.6). São Paulo: Cortez.

SILVA, J. F. S. (2013). **Serviço Social: resistência e emancipação?** (1ª ed.) São Paulo: Cortez.